

GUIA PAVS | 20 26



PAVS
Programa Ambientes
Verdes e Saudáveis



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

Prefeito da cidade de São Paulo

Ricardo Nunes

Secretário Municipal da Saúde

Luiz Carlos Zamarco

Secretária Executiva de Atenção Básica, Especialidades e Vigilância em Saúde

Sandra Maria Sabino Fonseca

Coordenadora da Atenção Básica

Lígia Maria Brunetto Borgianni

Coordenação da Área Técnica PAVS/Saúde Ambiental

Patricio Gomes Moreira

Marisa Toledo Riguetti

Elaboração e Conteúdo:

Fernanda da Silva Batista

Raphael Henrique Martins

Elza de Santana

Élen Soares

Bruno de Oliveira Santos Saito

Leticia Silva de Oliveira

Caio Vilas Boas Costa

Jane Cléia da Silva Santos

Camila Aparecida Ferreira

Vanessa Leonel Peterka

Fabio Kinker Caliendo Benzi

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
1. CONHECENDO O PROGRAMA AMBIENTES VERDES E SAUDÁVEIS - PAVS.....	4
2. METODOLOGIAS DE TRABALHO.....	6
3. FOCO NA INTERSETORIALIDADE.....	7
4. QUEM SÃO OS PROFISSIONAIS DO PAVS.....	7
5. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	9
6. EIXOS TEMÁTICOS.....	10
6.1. Espaços Públicos Saudáveis.....	10
6.2. Educação em Resíduos.....	15
6.3. Convivência Segura e Saudável com os Animais.....	19
6.4. Biodiversidade e Arborização.....	22
6.5. Horta e Alimentação Saudável.....	28
6.6. Saúde, Clima e Sustentabilidade.....	32
GLOSSÁRIO.....	35

APRESENTAÇÃO

Intitulado GUIA PAVS, este é o documento norteador do Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS) e foi elaborado a partir da experiência acumulada dos gestores regionais e locais no acompanhamento da execução do programa nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Tem como objetivo fornecer subsídios técnicos para nortear os profissionais das UBS na elaboração dos projetos e desenvolvimento de atividades em saúde ambiental nos territórios, assim como, apresentar a metodologia e os eixos temáticos do PAVS.

Atuar em uma grande metrópole como São Paulo, com suas dimensões extraordinárias, seu dinamismo, suas diversidades regionais e sua infinita capacidade de transformação exige sensibilidade, criatividade, perseverança e certo grau de ousadia.

Além disso, atuar no setor saúde com o propósito de consolidar o Sistema Único de Saúde (SUS) para milhões de habitantes, por meio de um conjunto de ações e serviços, complexos e integrados, tem sido um enorme desafio, que passa necessariamente pelo fortalecimento da Atenção Básica e implantação de iniciativas inovadoras como o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis.

Neste Guia PAVS, o leitor terá a oportunidade de compreender, de forma aprofundada, a trajetória histórica do programa, desde sua concepção até sua consolidação. Apresenta conceitos atuais e relevantes para o cotidiano de trabalho nas UBS, articulando fundamentos teóricos e diretrizes práticas. Também oferece base técnica consistente para o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação das ações socioambientais desenvolvidas nos territórios.

O guia está estruturado e organizado de maneira didática e progressiva. Inicialmente, aborda o histórico do PAVS, contextualizando sua criação, seus marcos e sua inserção nas políticas públicas de saúde ambiental no município de São Paulo. Em seguida, apresenta a metodologia de trabalho, detalhando os princípios que orientam os profissionais em sua atuação territorial, o diagnóstico socioambiental, o planejamento e o acompanhamento das ações.

Há um capítulo dedicado à intersectorialidade, evidenciando a importância da articulação entre diferentes setores como estratégia fundamental para a promoção de ambientes mais saudáveis. O guia também descreve quem são os profissionais do PAVS, suas atribuições, competências e o papel estratégico.

Outro eixo estruturante deste documento é a educação para a sustentabilidade, compreendida como ferramenta essencial para a mobilização comunitária, o desenvolvimento da autonomia dos territórios e a promoção da saúde ambiental.

Por fim, o guia apresenta os eixos temáticos do PAVS, organizados de forma padronizada e subdivididos em: Introdução, que contextualiza o tema; Situação-problema, que problematiza a realidade territorial; PAVS na prática, com exemplos e estratégias de intervenção; e PAVS na unidade, com orientações para incorporação das ações à rotina das UBS. Essa estrutura facilita a aplicação do conteúdo no cotidiano das equipes, promovendo maior integração entre teoria e prática.

1. CONHECENDO O PROGRAMA AMBIENTES VERDES E SAUDÁVEIS - PAVS

O PAVS iniciou como um projeto desenvolvido entre os anos de 2005 e 2008 em articulação com Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Contou com recurso da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Ministério da Saúde.

Nesta primeira fase, o então Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis: Construindo Políticas Públicas Integradas (PAVS) surge para fomentar questões ambientais no conjunto das ações de Promoção da Saúde e melhoria da qualidade de vida da população.

Nesta ocasião, foi firmado um compromisso entre a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), Secretaria Municipal da Saúde (SMS) e Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). Deu-se início então, ainda em 2005 a formação e qualificação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que compõem a Estratégia Saúde da Família (ESF) em SMS e Agentes de Proteção Social (APS), de SMADS, para abordagem e elaboração de projetos que levassem em consideração o contexto vivido em cada território atendido. Neste período foram capacitados 5 mil agentes.

A partir de setembro de 2008 o PAVS inicia uma nova fase. Com a finalização do processo de capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Proteção Social, a Secretaria Municipal da Saúde incluiu o PAVS na Estratégia Saúde da Família (ESF), na Coordenação da Atenção Básica, agora não mais como projeto e sim como programa, o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis, que manteve a sigla PAVS. O intuito foi estimular novas práticas no campo da Promoção da Saúde no nível local e fortalecer a capilaridade das ações dos ACS nos seus territórios. Neste ano foram produzidos cerca de 400 projetos socioambientais executados pelos Gestores Locais do Programa diretamente com os ACS e demais profissionais de saúde das Unidades.

A abordagem das questões socioambientais no âmbito das ações de promoção da saúde contribuem para a consolidação de uma concepção de saúde e meio ambiente mais abrangente, evidenciando os determinantes do processo saúde - doença, este enfoque tem sido estratégico no fortalecimento da Atenção Básica no Município de São Paulo. Nesta perspectiva, foram desenvolvidas ações estratégicas na construção de uma agenda integrada, tendo como pressupostos a interdisciplinaridade, intersetorialidade, participação efetiva da comunidade e a co-gestão.

A terceira fase do programa, iniciada em 2011 é marcada pela criação do cargo de Agente de Promoção Ambiental (APA), a partir da Portaria 1573/2011-SMS.G. Deste ponto em diante, o programa teria um profissional dedicado exclusivamente às necessidades socioambientais do território. Os APA têm como papel primordial mobilizar as equipes de ESF para a realização das ações socioambientais de promoção da saúde.

Em outubro de 2023, com a publicação da Portaria 697/2023-SMS, o programa deu início a sua quarta fase, abrindo a possibilidade da contratação dos APA para Unidades Básicas de Saúde que não são da modalidade ESF, abrangendo novos territórios no município. Além de definir responsabilidades e diretrizes para as ações em Saúde Ambiental na Atenção Básica, visando o desenvolvimento de novas práticas de saúde sustentável e da responsabilidade cidadã em torno da defesa da vida e da proteção ambiental.

Assim, o PAVS passa por processo contínuo de inovação, adaptando-se aos novos cenários enfrentados para trabalhar as problemáticas socioambientais dos territórios atendidos.



Nesse processo contínuo de inovação e adaptação, os eixos temáticos que orientam as ações do programa passaram a incorporar de forma central a adaptação e a resiliência às mudanças climáticas que devem ser reconhecida como uma crise de saúde pública, uma vez que eventos extremos impactam diretamente a vida humana, ampliam vulnerabilidades e pressionam os sistemas de saúde. Assim, foram atualizados em sua nomenclatura, conceitos e foco estratégico, alinhando-se aos desafios ambientais contemporâneos e às demandas dos territórios.

Os seis eixos temáticos do PAVS abordam temas essenciais para a sustentabilidade e a saúde coletiva, sendo eles:

- Saúde, clima e sustentabilidade: representam os sistemas naturais básicos para a vida, necessitando de conservação urgente;
- Biodiversidade e arborização: promovem equilíbrio ambiental nas cidades;
- Educação em resíduos: incentiva práticas conscientes de descarte e reaproveitamento de materiais;
- Horta e alimentação saudável: valoriza o cultivo e o acesso a alimentos naturais, promovendo a saúde e o meio ambiente;
- Espaços públicos saudáveis: transformam áreas degradadas em locais de convivência comunitária e promoção da saúde;
- Convivência segura e saudável com animais: promove a saúde humana, animal, ambiental e prevenção às doenças zoonóticas.

2. METODOLOGIAS DE TRABALHO

A partir desses eixos estruturantes que orientam o programa, são adotadas metodologias de trabalho previamente definidas, que organizam e sistematizam o planejamento, a execução e o monitoramento das ações nos territórios.

Visita Domiciliar Ambiental (VDA)

A Visita Domiciliar Ambiental é realizada pelo Agente de Promoção Ambiental (APA), em conjunto com o Agente Comunitário de Saúde (ACS) e/ou outros profissionais da unidade. Essa prática fortalece o vínculo entre a equipe de saúde e a população, possibilitando a identificação de necessidades socioambientais do território e a oferta de orientações voltadas à promoção da saúde individual e coletiva.

Como integrante da equipe da unidade, o APA desenvolve orientações de saúde ambiental alinhadas aos eixos temáticos do PAVS, contribuindo para a prevenção de agravos e para a melhoria das condições socioambientais da comunidade.

Projetos

Os projetos devem ser elaborados de forma participativa, envolvendo a equipe da unidade de saúde e a comunidade. Surgem a partir de demandas identificadas no território por meio do diagnóstico socioambiental PAVS. Têm como objetivo enfrentar questões prioritárias de saúde ambiental, promovendo intervenções planejadas, com metas, estratégias e avaliação de indicadores.

Práticas Incorporadas

Correspondem a projetos exitosos que, após sua conclusão, e diante das demandas do território, passam a integrar de forma permanente a rotina da Unidade Básica de Saúde e/ou território. São iniciativas que demonstraram relevância e efetividade, contribuindo continuamente para a promoção da saúde ambiental.

Ações Pontuais

Correspondem a atividades realizadas de forma eventual, por demandas específicas do território, da equipe e da Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Não estão necessariamente vinculadas a projetos estruturados ou a práticas incorporadas, podendo ocorrer como resposta imediata a situações emergentes ou oportunidades identificadas no cotidiano do trabalho.

3. FOCO NA INTERSETORIALIDADE

A complexidade dos problemas que afetam os territórios urbanos, como degradação ambiental, insegurança hídrica, poluição do ar e do solo, desigualdades sociais e impactos das mudanças climáticas, exige respostas integradas, que ultrapassem os limites de atuação de um único setor. É nesse contexto que o conceito de intersectorialidade ganha centralidade como estratégia de gestão e ação coletiva.

Intersectorialidade significa articular diferentes áreas do poder público, da sociedade civil e da comunidade em torno de objetivos comuns, respeitando a especificidade de cada setor, mas promovendo o diálogo, a cooperação e a construção conjunta de soluções. Trata-se de reconhecer que temas como saúde, meio ambiente, educação, habitação, saneamento e mobilidade estão profundamente interligados, e que seus impactos se manifestam de forma integrada na vida cotidiana da população.

O programa nesse contexto é um exemplo concreto de como a intersectorialidade pode se transformar em prática. Criado no município de São Paulo, o PAVS atua na interface entre saúde, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, com o objetivo de promover territórios mais saudáveis, resilientes e participativos. Sua estrutura organizativa valoriza o trabalho conjunto entre profissionais da saúde como, os agentes de promoção ambiental, gestores locais e regionais, profissionais das unidades básicas, agentes comunitários de saúde, educadores, lideranças locais e demais atores do território.

O PAVS trabalha com uma agenda integrada, com enfoque no desenvolvimento de políticas de saúde e meio ambiente, o fortalecimento da intersectorialidade no nível local, a sustentabilidade das intervenções no território, o empoderamento e efetiva participação da comunidade, buscando evidenciar os determinantes do processo saúde - doença, sendo uma importante estratégia para o fortalecimento da Atenção Básica no Município de São Paulo.

Essa integração entre conhecimento técnico, atuação comunitária e articulação intersectorial amplia a capacidade de resposta dos serviços públicos e promove maior equidade na promoção de saúde ambiental na Atenção Básica.

4. QUEM SÃO OS PROFISSIONAIS DO PAVS

Gestor Municipal

O Gestor Municipal do PAVS é o responsável pela coordenação, planejamento, monitoramento e avaliação do Programa em âmbito municipal, no contexto da Secretaria Municipal da Saúde, incluindo a elaboração e definição de diretrizes básicas para sua execução. Compete também articular ações com as instituições parceiras, acompanhar resultados, promover a integração intersectorial e intersecretarial e assegurar a articulação do PAVS com as políticas públicas de saúde, meio ambiente e sustentabilidade, contribuindo para o fortalecimento da Atenção Básica no município.

Cabe ainda ao Gestor Municipal apoiar os Gestores Regionais e Locais, fomentar processos formativos, promover reuniões técnicas, acompanhar indicadores, fortalecer parcerias institucionais e contribuir para o aprimoramento contínuo do Programa em todos os territórios do município.

Gestor Regional

O gestor regional do PAVS na Atenção Básica atua de forma estratégica na articulação, pactuação e acompanhamento das ações de saúde ambiental nos territórios, promovendo a integração entre os gestores locais e a Coordenadoria Regional de Saúde (CRS). Cabe a esse gestor apoiar e supervisionar a implementação das ações desenvolvidas pelas equipes, fortalecer a organização de eventos e atividades regionais, além de participar e fomentar processos de capacitação voltados à saúde ambiental. Também contribui para o aprimoramento contínuo de projetos e intervenções, garantindo alinhamento com as diretrizes normativas e promovendo a qualificação das práticas em saúde ambiental no âmbito da Atenção Básica.

Gestor Local

O Gestor Local do PAVS é o profissional responsável pela coordenação e execução das ações do Programa no âmbito da Supervisão Técnica de Saúde (STS) e de seu território de abrangência, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela gestão municipal, regional, alinhado com a gerência da UBS.

Compete ao Gestor Local planejar, acompanhar e orientar os projetos socioambientais desenvolvidos no território, articular as ações com os profissionais da UBS, mobilizar parceiros locais e acompanhar o trabalho do Agente de Promoção Ambiental. Também é atribuição do Gestor Local solicitar relatórios, convocar reuniões, indicar a participação em fóruns, capacitações e eventos, bem como contribuir para o fortalecimento do PAVS no território.

Agente de Promoção Ambiental (APA)

O Agente de Promoção Ambiental (APA) é o profissional que atua diretamente no apoio, desenvolvimento e execução das ações socioambientais do PAVS na Unidade Básica de Saúde e no território, de forma integrada com o Gestor Local e profissionais da UBS.

Entre suas atribuições, o APA participa da identificação, elaboração e desenvolvimento de projetos socioambientais, apoia a implementação das ações do PAVS na UBS e na comunidade e auxilia na organização de dados, planilhas e relatórios do Programa. Atua sob orientação do Gestor Local, atendendo às demandas relacionadas aos projetos do PAVS, alinhado com a gerência da Unidade.

Cabe ainda ao Agente de Promoção Ambiental zelar pelos materiais do PAVS, elaborar relatórios das atividades desenvolvidas, participar de reuniões técnicas, fóruns, capacitações, eventos e projetos, além de apoiar a identificação e o mapeamento de parceiros locais. Sua atuação contribui diretamente para o desenvolvimento e aprimoramento do PAVS.

5. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), conforme preconizada pela UNESCO, constitui um processo educativo contínuo que integra conhecimentos, valores, atitudes e práticas voltadas ao cuidado com a Terra, com o outro e consigo mesmo, em consonância com os princípios da Carta da Terra e da Agenda 2030. A EDS busca desenvolver uma visão sistêmica e integrada do mundo, reconhecendo a interdependência entre os sistemas ambientais, sociais, econômicos, culturais e institucionais, fundamentais para a promoção da vida, da saúde e do bem-estar coletivo.

A partir de metodologias participativas, reflexivas e transformadoras, a Educação para o Desenvolvimento Sustentável promove o fortalecimento do vínculo com o território, a corresponsabilidade socioambiental, o consumo consciente e a incorporação de práticas sustentáveis no dia a dia. Ao incentivar a autonomia e o protagonismo de indivíduos e comunidades, a EDS contribui de maneira direta para a transformação da realidade local, gerando efeitos positivos na promoção de ambientes mais saudáveis.

No contexto do Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS), a Educação para o Desenvolvimento Sustentável é aplicada de forma transversal, fundamentando-se em princípios que se expressam como valores, atitudes e modos de viver. Esses princípios orientam práticas que rejeitam a violência e estimulam o diálogo, a cooperação, a equidade e a justiça social.

Essa abordagem visa estimular a formação de cidadãos mais participativos, solidários e conscientes de sua responsabilidade como protagonistas na transformação da realidade local e global.

Para além de um documento orientador, este Guia PAVS é um instrumento de trabalho, construído a partir da prática, da escuta e da experiência acumulada nos territórios. Ele foi pensado para apoiar o cotidiano das equipes, fortalecer a atuação dos profissionais e inspirar novas possibilidades de intervenção em saúde ambiental. Convidamos você a utilizá-lo como referência, consulta e também como ponto de partida para criar, adaptar e inovar, sempre considerando as especificidades de cada território.

6. EIXOS TEMÁTICOS

Os eixos temáticos do PAVS abordam temas essenciais para a sustentabilidade e a saúde coletiva e delimitam o escopo de atuação do programa. Os seis eixos serão apresentados a seguir.



6.1. ESPAÇOS PÚBLICOS SAUDÁVEIS



Introdução:

Ao longo dos últimos dois séculos, o entendimento sobre saúde pública passou por significativas transformações. Em determinados momentos, acreditava-se que o enfrentamento das epidemias se restringia exclusivamente às ações de vacinação. Com o avanço do conhecimento, passou-se a compreender que a disseminação das doenças é um processo multifatorial, no qual a degradação ambiental se apresenta como um importante fator de risco à saúde.

Atualmente, entende-se que o processo de adoecimento está fortemente relacionado às condições de vida nas quais indivíduos e populações estão inseridos, ou seja, aos determinantes sociais da saúde. A Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, estabelece em seu Artigo 3º que fatores como alimentação, moradia, saneamento básico, renda e meio ambiente, entre outros, são determinantes e condicionantes da saúde.

A partir dessa concepção ampliada, torna-se fundamental pensar a saúde de forma integral. Nesse sentido, comunidades que convivem com áreas ambientalmente degradadas estão também expostas aos riscos associados a esses ambientes, conforme apontam os Diagnósticos Socioambientais (DSA) do PAVS. Esses riscos estão comumente relacionados a:

- Ocorrência de alagamentos, inundações e enchentes;
- Contaminação do solo;
- Pontos viciados de descarte irregular de resíduos;
- Redução da cobertura vegetal;
- Proliferação de animais sinantrópicos (como ratos, baratas, escorpiões, entre outros).

Por outro lado, assim como áreas degradadas impactam negativamente a saúde, ambientes verdes e saudáveis têm potencial para promover bem-estar e qualidade de vida. Dessa forma, os Diagnósticos Socioambientais do PAVS também se dedicam a mapear espaços com potencial para uso saudável e sustentável pela comunidade, tais como:

- Áreas recreativas;
- Academias da terceira idade;
- Nascentes e outros corpos d'água não degradados ou obstruídos;
- Praças públicas;
- Parques urbanos;
- Áreas de proteção ambiental;
- Passeios (calçadas) com potencial de arborização;
- Parques lineares;
- Ruas arborizadas.

Problemática:

O espaço urbano configura-se como um espaço de disputa, especialmente nos grandes centros adensados, onde há escassez de áreas disponíveis para novas atividades. Diferentes grupos, com interesses econômicos, sociais e culturais distintos, demandam usos variados para um mesmo território. Por exemplo, em um mesmo terreno, um grupo de mães pode reivindicar a construção de um balanço, enquanto um grupo de idosos pode defender a implantação de uma mesa de xadrez.

Assim, quando um espaço deixa de ser utilizado, tende a assumir uma nova função, que nem sempre é compatível ou benéfica ao meio ambiente e à coletividade. O uso inadequado desses espaços pode resultar em sua degradação.

No caso de áreas impactadas pelo descarte irregular de resíduos sólidos, os efeitos vão além da poluição visível. Esses locais comprometem a saúde pública ao favorecerem a proliferação de vetores de doenças, aumentando o risco de acidentes, prejudicando a mobilidade urbana e reduzindo as áreas destinadas ao lazer e à convivência. Além disso, afetam negativamente a relação da comunidade com o território, contaminando o solo e os corpos d'água e contribuindo para a poluição do ar, especialmente quando os resíduos

são queimados ou se decompõem ao ar livre. Como consequência, a população fica mais vulnerável às arboviroses, doenças de veiculação hídrica, dermatológicas, parasitárias, além de acidentes envolvendo animais sinantrópicos.

Diante desse cenário, evidencia-se a importância de incentivar ações voltadas à revitalização dos espaços públicos e à sua apropriação pela comunidade por meio de atividades relacionadas à promoção da saúde, ao fortalecimento dos vínculos sociais e ao sentimento de pertencimento. Essas ações possibilitam a transformação de áreas degradadas em espaços de convivência, integração social, lazer e prática de atividades físicas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida local e para a adaptação às mudanças climáticas e aos eventos climáticos extremos.

Nesse contexto, as Soluções Baseadas na Natureza (SbN) apresentam-se como uma estratégia relevante para potencializar essas ações no território. As SbN consistem em formas de planejar e intervir no espaço urbano utilizando a própria natureza como referência, por meio da imitação de processos naturais. Essas soluções podem ser implementadas de forma isolada ou integradas a obras tradicionais, com o objetivo de tornar as cidades mais sustentáveis, saudáveis e resilientes.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), as Soluções Baseadas na Natureza são ações que protegem, conservam, restauram e utilizam de forma sustentável os ecossistemas — como florestas, rios, áreas costeiras e marinhas —, gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos, além de melhorar a qualidade de vida da população.

As SbN contribuem para a mitigação dos impactos das mudanças climáticas, o aumento da biodiversidade e a melhoria dos serviços ecossistêmicos, como o manejo das águas pluviais e a qualidade do ar. Além disso, apresentam melhor custo-benefício no longo prazo, por atuarem de forma preventiva e reduzirem a necessidade de intervenções emergenciais.

Uma das principais vantagens das SbN é sua capacidade de responder simultaneamente a múltiplos desafios, seja preservando áreas naturais, recuperando ambientes degradados ou criando novos espaços verdes no contexto urbano. Entre os exemplos de SbN, destacam-se:

- Telhados verdes;
- Paredes verdes e jardins verticais;
- Intervenções arbóreas em eixos viários;
- Intervenções ecológicas em áreas de linhões de energia, oleodutos, entre outros;
- Revitalizações como:
 - Praças verdes;
 - Florestas de bairro;
 - Jardins polinizadores;
 - Pomares urbanos com espécies nativas;
- Hortas comunitárias;
- Jardins de chuva;
- Alagados construídos;
- Praças úmidas;

- Renaturalização e descanalização de corpos hídricos;
- Parques lineares e multifuncionais;
- Proteção de nascentes e mananciais, incluindo iniciativas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) Hídricos.

Embora o PAVS não seja responsável direto pela implantação das SbN nos territórios, o programa pode apoiar a conservação e a sustentabilidade dessas soluções por meio da promoção do uso dos espaços pela população, incentivando a realização de grupos e atividades comunitárias. Além disso, mesmo quando não há implantação integral das SbN, o PAVS buscará incorporar seus princípios, de modo que as intervenções realizadas tenham a sustentabilidade não apenas como um objetivo final, mas como um eixo condutor de todo o processo.

Objetivo:

Promover o uso saudável e sustentável dos espaços públicos e desenvolver mecanismos de promoção da saúde no território, por meio de ações educativas e da articulação de parcerias com o poder público, a comunidade e entidades privadas, considerando as características, os recursos e os anseios da população local, com vistas à transformação desses espaços em ambientes de promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida da comunidade.

PAVS na Prática:

As ações do PAVS neste eixo serão orientadas pelos princípios da mobilização comunitária, da articulação e do trabalho intersetorial. Esses princípios devem permear todo o processo de apoio e articulação das intervenções planejadas, garantindo que as transformações promovidas não se limitem ao espaço físico, mas representam mudanças nas formas de uso e convivência, construídas de maneira participativa e sustentável.

Os Agentes de Promoção Ambiental (APA) e os gestores do PAVS devem apoiar os atores locais na mobilização da comunidade por meio das seguintes ações:

- Compreender, em conjunto com a população, as potencialidades e os riscos do território;
- Identificar coletivamente os locais degradados que geram agravos à saúde ou espaços subutilizados com potencial para promoção da saúde;
- Analisar, a partir do DSA e do diálogo comunitário, os processos que levaram à degradação ou subutilização dessas áreas;
- Articular os diferentes atores e potencialidades do território para o desenvolvimento ou apoio a ações e projetos voltados à recuperação ou à ressignificação dos espaços mapeados;
- Apoiar o planejamento das intervenções (revitalizações ou novos usos), incorporando os princípios das SbN e da sustentabilidade;
- Articular parcerias, dentro e fora do setor saúde, que viabilizem as ações e projetos;
- Estimular o uso dos espaços para convívio, integração social, lazer e atividades físicas, promovendo melhorias na qualidade de vida da população.

PAVS na Unidade:

Estimular a criação e o fortalecimento de espaços de convivência entre os profissionais de saúde, favorecendo a sustentabilidade, a integração social e a promoção da saúde no ambiente de trabalho.

Documentos de Referência:

- Soluções Baseadas na Natureza – Grupo de Interação à Pesquisa em Soluções Baseadas na Natureza. Disponível em: <<https://sites.usp.br/gipsbn/solucoes-baseadas-na-natureza/>>.
- Catálogo Brasileiro de Soluções baseadas na Natureza – Entendendo e Planejando SbN no Brasil. Disponível em: <<https://catalogo-sbn-oics.cgee.org.br/>>

Fotos:

CRS Norte. STS Perus. UBS Perus. Plantio em ação de revitalização na calçada e muro da EMEF Jairo de Almeida.



CRS Norte. STS Perus. UBS Perus. Pintura do muro em ação de revitalização na EMEF Jairo de Almeida.



CRS Sul. STS M'Boi Mirim. UBS Vila das Belezas. Revitalização na Rua Vitalina Grassman. Antes.



CRS Sul. STS M'Boi Mirim. UBS Vila das Belezas. Revitalização na Rua Vitalina Grassman. Depois.

6.2. EDUCAÇÃO EM RESÍDUOS



Introdução:

O aumento da geração de resíduos sólidos urbanos, impulsionado pelo crescimento populacional e por padrões de consumo excessivos e insustentáveis, aliado ao manejo inadequado desses resíduos, compromete a qualidade ambiental, a saúde pública e a gestão urbana. Esse cenário exige ações integradas, intersetoriais e territorializadas, capazes de enfrentar os impactos ambientais e sanitários associados aos resíduos sólidos no cotidiano das cidades.

A gestão inadequada dos resíduos sólidos agrava os efeitos das mudanças climáticas, contribuindo para enchentes, emissão de gases de efeito estufa e degradação ambiental, além de se configurar como um importante fator de risco à saúde da população. O descarte irregular de resíduos e a ausência de tratamento adequado favorecem a contaminação do solo e da água, a obstrução de sistemas de drenagem urbana e a proliferação de vetores de doenças como às arboviroses, doenças de veiculação hídrica, dermatológicas, parasitárias, reforçando a estreita relação entre resíduos sólidos, saúde ambiental e saúde coletiva.

Nesse contexto, a destinação final dos resíduos sólidos urbanos é um elemento central da gestão de resíduos. O aterro sanitário é uma infraestrutura projetada especificamente para a disposição final adequada dos resíduos sólidos, sendo planejado para receber e tratar esses materiais de maneira segura e ambientalmente correta. Diferentemente dos lixões, os aterros sanitários são implantados, operados e monitorados de acordo com normas e regulamentações ambientais rigorosas, o que permite minimizar os impactos negativos ao meio ambiente e à saúde pública. Ainda assim, os aterros sanitários apresentam limitações, como a necessidade de grandes áreas, a vida útil finita e os impactos ambientais associados à sua implantação e operação, o que reforça a importância de estratégias que reduzam a quantidade de resíduos destinados a esses locais.

Nesse sentido, práticas como a redução do consumo, a reutilização de materiais, a reciclagem e a compostagem configuram-se como alternativas fundamentais para a gestão sustentável dos resíduos sólidos e a redução da destinação de resíduos à aterros. Essas ações contribuem para a diminuição da geração de resíduos, o aproveitamento de materiais e a redução dos impactos ambientais e climáticos associados ao descarte final.

Problematização

O PAVS prevê que as Unidades Básicas de Saúde (UBS) elaborem o Diagnóstico Socioambiental PAVS e o utilizem como subsídio para a elaboração de projetos e ações pautadas nas necessidades do território. Esse diagnóstico reflete os riscos e potencialidades socioambientais locais e constitui uma importante ferramenta de gestão para o planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas, conforme orienta o Manual de Diagnóstico Socioambiental do PAVS.

Entre as categorias analisadas no território, destaca-se a de resíduos sólidos, que contempla tanto os fatores de risco quanto às potencialidades relacionadas ao seu manejo. Entre os principais riscos identificados estão os pontos viciados de descarte irregular, áreas com difícil acesso para a coleta regular de resíduos domiciliares e a presença de ferros-velhos. Por outro lado, também são mapeadas importantes potencialidades, como ruas atendidas por coleta seletiva, a atuação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis, a existência de centrais de triagem, ecopontos, pontos de entrega voluntária para resíduos especiais, catadores autônomos e centrais de compostagem. O conhecimento aprofundado do território é fundamental, pois, em muitos casos, as potencialidades identificadas podem contribuir para a mitigação dos riscos também elencados.

Portanto, o problema da gestão de resíduos vai além da questão ambiental, sendo também uma urgência em saúde pública. Soluções como o fortalecimento da coleta seletiva, a educação ambiental da população, o incentivo à compostagem e a valorização dos catadores de materiais recicláveis são caminhos fundamentais para mitigar os impactos dos resíduos sobre a saúde humana. Promover um ambiente limpo e sustentável é também garantir condições dignas de vida e bem-estar para todos.

Fique de olho: Você conhece a Política Nacional de Resíduos Sólidos?

É uma política que integra a Política Nacional do Meio Ambiente e articula-se com a Política Nacional de Educação Ambiental.

Com a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em 2010, o Brasil deu um salto qualitativo na gestão dos resíduos, ao incorporar conceitos e diretrizes como a responsabilidade compartilhada, a gestão integrada, a logística reversa e os princípios da não geração, redução, reutilização e reciclagem, além da implantação e ampliação da coleta seletiva. Esses instrumentos fortalecem a atuação territorial dos profissionais do PAVS e subsidiam ações voltadas à promoção de ambientes mais saudáveis e sustentáveis.

Objetivo:

Fomentar as práticas de Educação em Saúde Ambiental, evidenciando a relação direta existente entre resíduos e o impacto ao meio ambiente e à saúde da população, de modo a fortalecer a responsabilidade individual e coletiva na construção de territórios e cidades mais limpos, saudáveis e sustentáveis.

PAVS na Prática:

Orientar a comunidade local sobre a importância da minimização de resíduos e formas ambientalmente corretas de descarte;

Estimular a criação e ampliação de Pontos de Entrega Voluntária (PEV) de resíduos especiais;

- Incentivar a população do território a realizar a segregação adequada de resíduos;
- Orientar a população sobre boas práticas no descarte de resíduos recicláveis;
- Fortalecer e disseminar os princípios de consumo responsável;

- Informar a população sobre os serviços públicos de coleta, como “cata bagulho”, Ecopontos e pátios de compostagem;
- Fortalecer o trabalho dos catadores de materiais recicláveis nas comunidades;
- Multiplicar conceitos e incentivar práticas ligadas à sustentabilidade como: compostagem, biodigestão, reutilização, redução de consumo, reciclagem, recusa e repensar hábitos de consumo, economia circular e logística reversa.

PAVS na Unidade:

- Orientar sobre geração, segregação, descarte adequado de resíduos comuns, recicláveis, pilhas/baterias e óleo residual de cozinha para profissionais de saúde;
- Incentivar a diminuição do uso de copos plásticos descartáveis e papel sulfite;
- Orientar para prática da compostagem, sempre adequando a técnica à realidade da unidade;
- Orientar os profissionais das UBS sobre os riscos e agravos à saúde provenientes do descarte inadequado de resíduos.

Dúvidas Frequentes:**1) Qual o papel do PAVS no PGRSS?**

Em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos do Serviço de Saúde (PGRSS) da UBS, cabe ao APA integrar a equipe de comissão da UBS de acordo com as diretrizes SMS. O APA pode contribuir com ações educativas de sua própria unidade relacionados aos temas descarte correto de resíduos sólidos, o que não se confunde com a realização de formações/ capacitações técnicas. Da mesma forma, o APA e/ou Gestores PAVS não devem ser responsáveis pela elaboração, condução e implantação do PGRSS, conforme o Manual Orientador das Ações do Agente de Promoção Ambiental (APA). Em resumo, a gestão dos resíduos dos serviços de saúde, inclusive a coordenação, elaboração, execução ou similar, do PGRSS e suas comissões, não é atribuição dos APA e/ou Gestores PAVS.

Saiba mais em: RDC 222-2018, ABNT 10004, Manual de Diretrizes para Elaboração do PGRSS.

2) O APA pode realizar ações coletivas sobre resíduos no território?

Sim, o APA junto às equipes da unidade podem programar ações coletivas em seu território para orientar a população.

Documentos de Referência:

- Dicionário Ambiental: Aterro Sanitário. Disponível em:
<<https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/prateleira-ambiental/aterro-sanitario/>>.
- Plano de Ação Climática do Município de São Paulo 2020 - 2050. Disponível em:
<https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/secretaria_executiva_de_mudancas_climaticas/arquivos/planclimasp/PlanClimaSP_BaixaResolucao.pdf>.
- Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>.

Fotos:

CRS Sudeste. STS Vila Mariana/Jabaquara. UBS Vila Campestre. Evento de educação em saúde sobre a coleta de medicamentos vencidos ou em desuso.



CRS Sudeste. STS Vila Mariana/Jabaquara. UBS Vila Campestre. Ação coletiva ambiental sobre compostagem.

6.3. CONVIVÊNCIA SEGURA E SAUDÁVEL COM OS ANIMAIS



**Convivência segura
e saudável com
os animais**

Introdução:

A abordagem de Saúde Única reconhece a interdependência entre a saúde humana, animal, vegetal e ambiental. Seu desenvolvimento se intensificou nos últimos 20 anos em razão das mudanças nos modos de vida, da ampliação da interação entre espécies e da crescente pressão sobre os ecossistemas — fatores que têm contribuído para o surgimento de novas doenças, epidemias e pandemias. O aumento do risco de zoonoses reforça a necessidade de ações integradas de educação, prevenção e vigilância.

A pandemia de Covid-19 evidenciou como o crescimento populacional, a urbanização, o transporte, as alterações no uso do solo, as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade elevam a probabilidade de novas emergências sanitárias. No Brasil, país de ampla diversidade biológica, territorial e cultural, esses desafios são ainda mais complexos. A saúde animal e vegetal exerce papel estratégico na economia e na segurança alimentar, e os biomas brasileiros constituem áreas críticas para o surgimento de novos agravos.

Animais sinantrópicos — como ratos, pombos, mosquitos, entre outros — convivem com o ser humano nos centros urbanos e podem transmitir diversas doenças. Sua proliferação está diretamente relacionada à oferta de alimento e abrigo, influenciada pelo crescimento desordenado das cidades, pelo descarte inadequado de resíduos, pela falta de saneamento e por alterações ambientais. Diante desse cenário, os riscos socioambientais identificados por meio dos diagnósticos socioambientais — como resíduos, condições zoossanitárias, cobertura vegetal, recursos hídricos e presença de pessoas em situação de acúmulo — são fundamentais para definir as áreas prioritárias de atuação.

O Brasil, por sua grande diversidade de biomas, abriga muitos animais peçonhentos e venenosos, como serpentes, escorpiões, aranhas, lagartas e abelhas, que podem causar acidentes de importância para a saúde pública. Para fins de controle populacional no ambiente urbano, os animais são classificados em quatro grupos:

1. **Animais domésticos e domesticados:** Animais que, após muito tempo de convivência e manejo pelo ser humano, passaram a ser dependentes para viver;
2. **Animais peçonhentos e venenosos:** Produzem substâncias tóxicas, podendo ou não possuir aparelho inoculador;
3. **Animais sinantrópicos:** Utilizam áreas humanas como recurso temporário ou permanente, que podem afetar negativamente a saúde;
4. **Animais silvestres,** nativos ou exóticos, que vivem livres na natureza sem depender diretamente do ser humano.

Problematização:

A informação adequada à população é essencial para reduzir riscos de zoonoses e acidentes com animais peçonhentos e venenosos, decorrentes de interações inadequadas entre pessoas, animais e o ambiente.

A prevenção inclui controle ambiental, guarda responsável de animais domésticos, vacinação antirrábica anual e castração de cães e gatos, serviço oferecido pela Prefeitura de São Paulo. Zoonoses representam riscos importantes para a população.

O Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS) desenvolve ações educativas para promover uma convivência equilibrada entre pessoas, animais e o meio ambiente, reforçando a importância de práticas responsáveis e intersetoriais para reduzir zoonoses e a ocorrência de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública. A promoção de ambientes saudáveis depende de ações articuladas de vigilância, educação, e participação ativa da população.

Objetivo:

Promover práticas saudáveis de convivência segura e saudável com os animais, integrando ações de prevenção de agravos à saúde relacionados aos animais sinantrópicos, guarda responsável dos animais domésticos, com o intuito de promover a saúde humana, animal, ambiental e prevenção às doenças zoonosárias.

PAVS na Prática:

- Promover ações educativas sobre prevenção e controle de animais sinantrópicos (ratos, morcegos, baratas, mosquitos, pombos, escorpiões etc.);
- Realizar ações de educação ambiental para conservação de animais silvestres;
- Orientar a população quanto a prevenção e eliminação de condições favoráveis à proliferação de animais sinantrópicos;
- Promover a guarda responsável de cães e gatos por meio de atividades educativas;
- Orientar sobre a prevenção de zoonoses;
- Orientar para o descarte adequado de resíduos, reforçando práticas ambientais e sanitárias corretas;
- Integrar conceitos de saúde humana, animal e ambiental (abordagem “Saúde única”) em ações educativas;
- Promover campanhas educativas em escolas, unidades de saúde e comunidades sobre convivência segura e saudável com os animais;
- Desenvolver materiais educativos lúdicos e acessíveis (cartazes, jogos, rodas de conversa) para diferentes públicos;
- Incentivar a castração e a vacinação por meio de orientações sobre seus benefícios para a saúde humana e animal;
- Estabelecer parcerias com os órgãos públicos competentes para fortalecer ações educativas de prevenção e controle de zoonoses e acidentes com animais peçonhentos e venenosos;
- Estimular a participação comunitária em mutirões educativos relacionados à convivência segura e saudável com os animais.

PAVS na Unidade:

Fomentar as ações de vigilância em saúde ambiental na unidade básica de saúde da qual o programa está inserido:

- Orientar os profissionais de saúde sobre as providências para a prevenção e eliminação dos criadouros;
- Em conjunto com os demais profissionais, vistoriar regularmente as áreas externas e internas da edificação, para verificar a presença de recipientes que possam servir de criadouros para o *Aedes aegypti* e, neste caso, adotar ou providenciar de imediato, práticas capazes de impedir a procriação do mosquito;
- Orientar profissionais de saúde acerca do fluxo com órgãos públicos competentes em caso de incidência de animais sinantrópicos e/ou silvestres na unidade básica de saúde.

Documentos de Referência:

- Manual de Zoonoses - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade Estadual Paulista - Campus Botucatu. Disponível em: <https://www.fmvz.unesp.br/Modulos/Noticias/431/manual-de-zoonoses-oficial.docx.pdf>.
- Manual de Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses - Ministério da Saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_prevencao_controle_zoonoses.pdf.
- Série Educativa Fauna Sinantrópica - Divisão de Vigilância de Zoonoses (DVZ) da Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/saude/w/vigilancia_em_saude/controle_de_zoonoses/animais_sinantropicos/44952.

Fotos:

CRS Sul. STS M'boi Mirim. Ação do D.A Jardim Ângela, exposições e orientação para a comunidade.



CRS Sudeste. STS Vila Prudente/Sapopemba. UBS Iguaçu. Ação educativa CãoMiauda sobre guarda responsável e prevenção à esporotricose.



CRS Sudeste. STS Vila Prudente/Sapopemba. Gestora e APA realizando ação educativa sobre prevenção a doenças e acidentes relacionados com animais sinantrópicos, aos participantes no grupo de idosos.



CRS Oeste. STS Butantã. UBS Real Parque. Agente de Promoção Ambiental realizando orientação sobre animais sinantrópicos, utilizando mesa expositiva.

6.4. BIODIVERSIDADE E ARBORIZAÇÃO

BIODIVERSIDADE E ARBORIZAÇÃO



Eixo Temático PAVS

Introdução:

A biodiversidade, também conhecida como diversidade biológica, corresponde à riqueza e à variedade de todas as formas de vida existentes no planeta — plantas, animais e microrganismos — bem como, aos ecossistemas em que essas espécies interagem. Essa diversidade, assim como a arborização é essencial para a manutenção dos ciclos naturais, a produção de alimentos e medicamentos, e para o equilíbrio ambiental e a sustentabilidade da vida na Terra. Para compreender a biodiversidade, é necessário considerar dois níveis fundamentais:

- Diversidade genética e de espécies: a variedade de formas de vida e dos genes contidos em cada indivíduo; e
- Ecossistemas e inter-relações: ambientes onde a existência de uma espécie afeta direta ou indiretamente muitas outras.

As mudanças climáticas impactam na vida humana que depende diretamente dessa riqueza biológica. A conservação da biodiversidade é, portanto, um pressuposto essencial para a sustentabilidade e a qualidade de vida nas cidades e em todo o planeta.

A arborização é um processo de plantio e manejo de árvores em áreas urbanas e rurais, com o objetivo de promover benefícios ambientais, estéticos e sociais. Essa prática é fundamental para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e para a preservação do meio ambiente.

A arborização urbana consiste no plantio de árvores em espaços públicos, como ruas, praças, parques e jardins. Já a arborização rural é voltada para áreas agrícolas, florestais e de preservação ambiental. Ambas têm como finalidade principal a criação de ambientes mais saudáveis e agradáveis para a população.

Problematização:

A perda da biodiversidade, causada pelo desmatamento, poluição, expansão urbana desordenada e mudanças climáticas, compromete o equilíbrio dos ecossistemas e afeta diretamente a saúde humana. A degradação ambiental favorece o aumento de doenças relacionadas à água e ao ar, a proliferação de vetores, além de reduzir a capacidade dos ecossistemas de se regenerarem e mitigarem os efeitos do aquecimento global.

Nos territórios das unidades básicas de saúde, podemos elencar alguns riscos identificados no diagnóstico socioambiental relacionados com perda de biodiversidade e arborização e alterações climáticas, como:

- Degradação de áreas verdes;
- Praças degradadas;
- Área de Proteção Ambiental desmatada ou desflorestada;
- Ilhas de calor com altas temperaturas e baixa umidade do ar.

A ação humana tem provocado graves ameaças à biodiversidade, como o desmatamento, a poluição atmosférica, a expansão urbana, descarte inadequado de resíduos, emissão de gases de efeito estufa, entre outros impactos antrópicos negativos, e esses fatores contribuem para o desequilíbrio ambiental, a perda de espécies e o aquecimento global.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), recomenda-se que cada habitante disponha de no mínimo 12 m² de área verde, valor que São Paulo atinge em média, embora com desigualdades regionais. Na cidade de São Paulo, apesar de sua intensa urbanização, 54% do território apresenta cobertura vegetal, concentrada especialmente nas regiões norte e sul, com destaque para a Serra da Cantareira, os mananciais da Billings e Guarapiranga e as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) Capivari-Monos e Bororé-Colônia.

Essas áreas abrigam mais de mil espécies de fauna e duas mil de flora, desempenhando papel fundamental na regulação do clima, na preservação dos recursos hídricos e na melhoria da qualidade do ar.

Entretanto, a distribuição das áreas verdes é desigual: nas regiões centrais, a vegetação é fragmentada e escassa, o que acarreta aumento da temperatura, maior concentração de poluentes e prejuízos à saúde da população.

A DIVERSIDADE DE ANIMAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

O Inventário da Fauna Silvestre do Município de São Paulo é realizado desde 1993, em um trabalho contínuo de conhecimento da fauna dos parques municipais e demais áreas verdes protegidas e significativas do município. A publicação é atualizada anualmente e a mais recente, de 2023, disponibiliza informações de **1.354 espécies de animais distribuídas em 168 áreas verdes e cinco corpos hídricos**, incluindo parques urbanos, parques lineares, unidades de conservação, e outras áreas verdes significativas.

1.320
espécies silvestres
nativas do
município de
São Paulo.



Fonte: Manual Cidade Amiga da Fauna - Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) da Prefeitura de São Paulo

A promoção da saúde está diretamente vinculada à preservação ambiental e à conexão com a natureza. Ambientes arborizados e ecossistemas equilibrados favorecem a prevenção de doenças, melhoram o bem-estar físico e mental e reduzem os impactos climáticos urbanos.

Entre os benefícios diretos da arborização e da biodiversidade estão:

- Redução da poluição do ar e das temperaturas locais;
- Diminuição das ilhas de calor e aumento da umidade do ar;
- Melhoria da qualidade do ar e da saúde respiratória;
- Promoção de saúde mental e incentivo à prática de atividades físicas;
- Valorização dos espaços públicos e fortalecimento do convívio comunitário;
- Melhora da drenagem urbana.

Objetivo

Educar para a valorização, proteção da biodiversidade e arborização como estratégia de promoção da saúde e adaptação às mudanças climáticas, fortalecendo o vínculo entre ambiente saudável e qualidade de vida da população.

- Promover a reflexão sobre a importância da arborização para manutenção da biodiversidade para a sustentabilidade urbana;
- Estimular ações de arborização e elencar os benefícios das áreas verdes;
- Orientar para o fortalecimento da relação entre meio ambiente e saúde pública;
- Fomentar práticas educativas e comunitárias voltadas à preservação ambiental;
- Contribuir a partir de orientações e parcerias para o desenvolvimento de territórios mais saudáveis e resilientes.

PAVS na Prática

A biodiversidade e a arborização podem ser trabalhadas de forma prática, interdisciplinar e comunitária, integrando educação, meio ambiente e saúde:

- Estimular a comunidade a compreender a importância da biodiversidade no contexto do equilíbrio climático;
- Incentivar e apoiar ações sobre a importância do plantio de árvores nativas e seus serviços para promoção de saúde;
- Promover e/ou incentivar visitas educativas a parques, praças, áreas arborizadas nos territórios;
- Facilitar oficinas e incentivar a criação de hortas e jardins nos equipamentos dos territórios,
- Sensibilizar sobre a relação entre ilhas de calor e falta de arborização;
- Articular realização de feiras de troca de mudas e sementes preferencialmente nativas;
- Desenvolver oficinas sobre arborização, compostagem e plantio;
- Orientar sobre o manejo responsável da fauna silvestre, juntos aos serviços públicos alinhados com o respeito à natureza;
- Orientar sobre combate ao tráfico de animais silvestres;
- Sensibilizar moradores sobre a importância das áreas verdes para a saúde física e mental.

PAVS na Unidade:

- Orientar profissionais de saúde sobre arborização e seus serviços ecossistêmicos para promoção de saúde;
- Promover e/ou incentivar visitas educativas a parques, praças, áreas arborizadas nos territórios para profissionais de saúde;
- Sensibilizar profissionais de saúde sobre a importância das áreas verdes para a saúde física e mental.

Dúvidas Frequentes:

1) O PAVS tem participação no fluxo de manejo das áreas verdes da Unidade?
Não, as atividades de manutenção e zeladoria das áreas verdes e ajardinadas, assim como supressão, poda de árvores e paisagismo não são atribuições do programa.

2) O APA pode realizar ações coletivas sobre biodiversidade e arborização no território?
Sim, o APA junto às equipes da unidade podem programar ações coletivas em seu território para orientar a população sobre o plantio, participar de visitas às áreas verdes, incentivar a realização de práticas ao ar livre.

Documentos de Referência:

- Manual Cidade Amiga da Fauna - Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA). Disponível em:
<https://prefeitura.sp.gov.br/documents/d/meio_ambiente/manual-cidade-amiga-da-fauna-digital-pdf>.
- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Disponível em:
<<https://www.unep.org/pt-br/who-we-are/about-us>>.
- Manual Técnico de Arborização Urbana - Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA). Disponível em:
<https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/MARBOURB.pdf>.
- Inventário de Fauna Silvestre - Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA). Disponível em:
<https://prefeitura.sp.gov.br/web/meio_ambiente/w/publicacoes_svma/4162>.

Fotos:

CRS Sudeste. STS Vila Prudente/Sapopemba. UBS Iguçu. Ação coletiva ambiental durante ação de plantio de árvores nativas e a importância da biodiversidade com o público infantil na CEI Maria da Penha.



CRS Sudeste. STS Vila Prudente/Sapopemba. UBS Vila Ema. Avanço Saúde Ambiental em parceria com Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente foram realizados plantios de árvores nativas no CEU Vila Alpina.



CRS Sudeste. STS Penha. UBS J.S. Francisco I. Projeto Observa São Francisco com foco na conservação e conhecimento da fauna silvestre ao lado do Parque Ecológico Tiete.



CRS Leste. STS São Miguel Paulista. UBS Jardim São Carlos. Ação coletiva ambiental durante Avanço Saúde Ambiental, com o plantio de 120 mudas nativas em parceria com o conselho gestor.

6.5. HORTA E ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL



Introdução:

Este eixo contempla diretrizes e ações educativas para o desenvolvimento de práticas de Promoção de Saúde nas Unidades Básicas e seus territórios de abrangência, no âmbito do cultivo de hortas pedagógicas, terapêuticas, comunitárias e o incentivo da Alimentação Saudável.

Essas ações visam ampliar e integrar saberes e práticas, contribuindo para o uso sustentável da biodiversidade, com valorização e preservação do conhecimento tradicional popular.

O cultivo de hortas contribui para a promoção da saúde por meio do incentivo da alimentação saudável e pelo bem-estar proporcionado pelos aspectos terapêuticos que esta prática oferece. Além de otimizar o uso de espaços ociosos na comunidade e nos equipamentos públicos, estimula as boas práticas de agricultura urbana e proporciona integração dos participantes. Estimular o plantio de hortaliças e demais ervas favorece o resgate da relação ser humano e natureza, associada ao cuidado e atenção à qualidade de vida.

As hortas urbanas e comunitárias desempenham um papel significativo diante das mudanças climáticas. De forma ampla, elas contribuem para tornar as cidades mais sustentáveis ao fortalecer a resiliência do solo e ampliar o acesso a alimentos saudáveis, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade. Essas iniciativas aproximam a produção de alimentos dos centros urbanos, promovendo qualidade de vida e reduzindo impactos ambientais.

Além disso, práticas adotadas nesses espaços colaboram diretamente para a mitigação e adaptação climática. Elas ajudam a reduzir os efeitos das ilhas de calor, favorecem a recuperação do solo em áreas degradadas, mantêm a cobertura vegetal, diminuem a ocupação de terrenos ociosos e aumentam a permeabilidade do solo. Dessa forma, as hortas urbanas se consolidam como soluções eficientes e multifuncionais para cidades mais verdes e resilientes.

Problematização:

Outro aspecto fundamental relacionado às hortas e à promoção da saúde é a alimentação, que vai muito além de suprir as necessidades físicas do corpo. O ato de comer envolve valores sociais, culturais, afetivos e sensoriais, e muitas vezes representa momentos de convivência e conexão entre as pessoas. Nesse sentido, as hortas — sejam urbanas, comunitárias ou escolares — aproximam as pessoas do alimento em sua forma mais natural, fortalecendo vínculos, resgatando tradições culinárias e promovendo uma relação mais consciente e afetiva com o que se come.

No contexto do ritmo acelerado da sociedade moderna e a falta de acesso à alimentação saudável dá lugar a produtos ultraprocessados, rápidos e pobres em nutrientes essenciais para a manutenção da saúde. Esse cenário, aliado a hábitos inadequados e ao estilo de vida marcado pelo sedentarismo, estresse, tabagismo e outros fatores, contribui para o aumento de doenças crônicas não-transmissíveis.

Nesse ponto, as hortas assumem papel estratégico: elas incentivam o consumo de alimentos frescos, diversificados e de melhor qualidade e funcionam como ferramentas de educação alimentar. Dessa forma, ajudam a reduzir riscos à saúde e podem contribuir para diminuir a demanda por atendimentos relacionados a essas doenças nas unidades básicas de saúde.

Objetivo:

O eixo temático Horta e Alimentação Saudável busca promover hábitos alimentares mais naturais e conscientes, utilizando a horta como ferramenta educativa. As atividades têm caráter pedagógico, valorizando o aprendizado prático sobre o cultivo de alimentos, o cuidado com o meio ambiente e a importância de escolhas alimentares que favoreçam a saúde.

Esse eixo também tem como objetivo promover o contato com a natureza e refletir sobre os impactos da agricultura na sociedade e no meio ambiente, fortalecendo a compreensão crítica sobre a produção de alimentos e seus efeitos no território.

Além disso, busca-se estimular e orientar a população sobre os benefícios da alimentação saudável, incentivando a redução do consumo de ultraprocessados e o aumento do consumo de alimentos in natura e minimamente processados. Também se promove o aproveitamento integral dos alimentos, valorizando o uso de cascas, talos, folhas e sementes sempre que possível, como forma de reduzir o desperdício, ampliar o valor nutricional das refeições e incentivar práticas mais sustentáveis no dia a dia.

Outro objetivo importante é incentivar o cultivo em pequenos espaços, demonstrando que mesmo uma pequena área pode ser utilizada para plantar, estimulando a autonomia e aproximando as pessoas de uma alimentação mais natural e saudável.

PAVS na Prática

- Previamente a implantação da horta verificar se o local escolhido não possui risco de contaminação do solo;
- Incentivar a produção o cultivo e consumo de alimentos in natura;
- Realizar oficinas que incentivam a redução do consumo do sódio através do uso de sal de ervas;
- Incentivar o plantio em pequenos espaços;
- Estimular e orientar a comunidade sobre os benefícios da alimentação saudável e aproveitamento integral dos alimentos;
- Informar sobre os benefícios do uso dos temperos *in natura* em detrimento dos ultraprocessados;
- Realizar orientações sobre higienização correta dos alimentos;
- Estimular a comunidade a frequentar as feiras locais;
- Incentivar a adoção de boas práticas de cultivo de hortaliças, PANCs e outras;
- Orientar boas práticas, como a proteção com barreira física, na implantação de hortas em locais com presença de animais sinantrópicos e domésticos (por exemplo ratos, pombos, caramujos africano, gatos e cachorros);
- Orientar a não-implantação em áreas de riscos relacionados às zoonoses;
- Ter composteira na unidade básica de saúde somente quando for possível realizar o manejo correto, mantendo o material bem acondicionado para evitar mau cheiro;

impedir a atração animais como insetos, roedores e outros; e quando houver profissional capacitado para a implantação e manutenção;

- Não utilizar compostagem em leiras, já que estas podem atrair insetos, roedores e outros animais sinantrópicos.

PAVS na unidade:

- Estimular e orientar profissionais de saúde sobre os benefícios da alimentação saudável, reduzir o consumo ultraprocessados, aumentar o consumo de alimentos in natura e minimamente processados, bem como o aproveitamento integral dos alimentos;
- Incentivar plantio em pequenos espaços para profissionais de saúde, enfatizando técnicas agroecológicas e utilização das espécies cultivadas;
- Realizar oficinas com os profissionais no espaço da horta visando a promoção de saúde.

Documentos de Referência:

- Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/publicacoes-para-promocao-a-saude/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf/view.
- Área Técnica - Condições Crônicas na Atenção Básica. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/saude/w/atencao_basica/309066.
- Guia Cuidando de Todos na Escola da Secretaria Municipal de Saúde. Disponível em: https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/GUIACuidandodeTodosnaEscola_PSE_docfinal_28_4_2022.pdf.
- Fatores de Risco Modificáveis. Disponível em: <https://biblioteca.observatoriosaudepublica.com.br/observatorio-analisa-fatores-de-risco-modificaveis/>.
- Promoção da Alimentação Saudável e Prevenção da Obesidade Infantil. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_tematico_pse_alimentacao_saudavel.pdf.

Fotos:



CRS Centro. STS Sé/Santa Cecília. UBS República. Realização de ação coletiva ambiental, com mesa expositiva apresentando exemplos de materiais e alternativas para o plantio em pequenos espaços, incentivando práticas sustentáveis e o cultivo urbano no evento dos funcionários públicos na Prefeitura de São Paulo.



CRS Centro. STS Sé/Santa Cecília. UBS República. Realização de ação coletiva ambiental integrada ao grupo Nutrindo Vidas, desenvolvida na Horta da Cidade, promovendo práticas sustentáveis e incentivo à alimentação saudável por meio do contato com o cultivo.



CRS Oeste. STS Butantã. UBS Jardim Boa Vista. Realização de ação coletiva ambiental, com plantio de mudas de temperos na horta, estimulando o consumo de alimentos in natura pelo público infantil.



CRS Centro. STS Sé/Santa Cecília. UBS Cambuci. Atividade de manutenção na horta localizada no Centro Esportivo Cambuci - CEE Rubens Pecce Lordello, que disponibiliza o espaço para implantação e cuidado da horta, fortalecendo as ações de educação ambiental e promoção da saúde.



CRS Sudeste. STS Penha. AMA/UBS Chácara Cruzeiro do Sul. Visita técnica na horta da unidade onde se desenvolvem atividades PAVS com interface na saúde da criança.



CRS Oeste . STS Lapa-Pinheiros . UBS Vila Jaguarã. Orientações sobre plantio em pequenos espaços durante evento organizado pelo Posto Avançado de Direitos Humanos e Cidadania da Pessoa Idosa (PAPI).

6.6. SAÚDE, CLIMA E SUSTENTABILIDADE



Introdução:

Nas últimas décadas, as mudanças climáticas têm se intensificado e se consolidado como um dos maiores desafios globais da atualidade. O aumento das temperaturas médias, a ocorrência de eventos climáticos extremos como secas prolongadas, enchentes, ondas de calor e a perda de biodiversidade são algumas das consequências visíveis desse fenômeno.

Essas alterações no clima impactam diretamente a saúde humana, animal e ambiental, ampliando os riscos no contexto da Saúde Única (One Health) e contribuindo para o surgimento e agravamento de

doenças respiratórias, cardiovasculares, infecciosas e mentais.

Água, ar e solo, embora distintos, compõem a base da vida e dos ecossistemas e estão profundamente interligados. Nos grandes centros urbanos, como São Paulo, o uso desordenado desses elementos naturais, a poluição e a urbanização acelerada geram impactos cumulativos que comprometem a qualidade de vida e a saúde pública.

Problematização:

A cidade de São Paulo exemplifica de forma clara os desafios relacionados à gestão ambiental e hídrica. Situada em uma região de cabeceiras, enfrenta historicamente um desequilíbrio entre oferta e demanda de água. A poluição dos corpos hídricos, associada à ocupação irregular de áreas de mananciais e ao descarte inadequado de esgoto e resíduos sólidos, compromete tanto a qualidade quanto a disponibilidade hídrica.

Esse contexto se agrava com a poluição atmosférica, decorrente principalmente da queima de combustíveis fósseis, que intensifica doenças respiratórias e contribui para a formação de ilhas de calor. A impermeabilização excessiva do solo e a redução de áreas verdes ampliam esses efeitos, além de aumentar a ocorrência de enchentes, erosões e deslizamentos.

As mudanças climáticas aprofundam ainda mais esse cenário. A elevação das temperaturas médias, a maior frequência de ondas de calor, os períodos prolongados de estiagem e os episódios de chuvas intensas ampliam os riscos de escassez hídrica e de desastres socioambientais. Ao mesmo tempo, favorecem a proliferação de arboviroses e leptospirose, além de agravar doenças respiratórias, cardiovasculares e problemas relacionados ao estresse térmico.

Esses impactos não ocorrem de maneira equitativa. Incidem com maior intensidade sobre populações em situação de vulnerabilidade social, evidenciando o racismo ambiental que expõe comunidades negras, periféricas e de baixa renda a áreas com maior poluição, risco de inundações e deslizamentos, além de infraestrutura precária. A exclusão histórica desses grupos, marcada pelo acesso limitado a serviços públicos, áreas verdes e moradia digna, amplia os danos à saúde e reduz sua capacidade de adaptação diante das transformações climáticas.

Esses agravos ambientais estão diretamente ligados aos Determinantes Sociais Ambientais, e são observados no diagnóstico socioambiental PAVS, destacando (vide manual do diagnóstico):

- Contaminação da água e do solo por resíduos;
- Poluição atmosférica e emissões de gases de efeito estufa;
- Urbanização desordenada e falta de saneamento básico;
- Redução de áreas verdes e baixa permeabilidade do solo;
- Descarte inadequado de lixo e acúmulo de resíduos;
- Nascentes;
- Cobertura vegetal.

Essas condições favorecem a ocorrência de agravos como arboviroses, zoonoses, doenças parasitárias e acidentes com animais peçonhentos.

Objetivo:

Orientar a população sobre as relações ambientais, trazendo um olhar para as mudanças climáticas, saúde e o meio ambiente, evidenciando a inter-relação entre clima, sistemas naturais e qualidade de vida, promovendo a mobilização social e o fortalecimento de políticas públicas sustentáveis.

PAVS na Prática:

Desenvolver ações educativas e comunitárias voltadas à mitigação e adaptação dos riscos ambientais e à promoção da saúde coletiva, entre elas:

- Rodas de conversa sobre a importância da conservação da água, do ar e do solo para a saúde da comunidade;
- Oficinas educativas sobre o uso racional da água, reuso e proteção de mananciais;
- Sensibilizar os profissionais de saúde para o entendimento da relação entre mudanças climáticas e riscos à saúde;
- Estimular iniciativas para conservar a qualidade da água, do solo e do ar;
- Estimular o uso racional da água e energia elétrica;
- Fomentar e divulgar programas para despoluição, limpeza e manutenção de rios e córregos;
- Incentivar a utilização de transporte público, não motorizado e solidário;
- Divulgar os programas educativos de prevenção e mitigação em áreas de riscos;
- Fortalecer programas de conservação e preservação dos mananciais;
- Nortear as ações com base nos princípios da educação para sustentabilidade, cultura de paz e promoção de saúde.

PAVS na Unidade:

- Desenvolver ações educativas para uso racional de água, energia, copo plástico de uso único e papel sulfite para profissionais de saúde;
- Orientar os profissionais de saúde sobre o impacto das mudanças climáticas sobre o processo saúde doença.

Documentos de Referência:

- Documentário Clima de Risco - TV Cultura. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=GO_mdo4w3WI>.
- Agindo em Prol da Saúde das Pessoas e do Planeta - Nações Unidas (ONU). Disponível em:
<https://www.un.org/en/climatechange/science/climate-issues/health?utm_source=chatgpt.com>.
- Mudanças Climáticas e Saúde - Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Disponível em:
<https://www.paho.org/en/topics/climate-change-and-health?utm_source=chatgpt.com>.
- On climate and health - Nações Unidas (ONU). Disponível em:
<https://cdn.who.int/media/docs/default-source/climate-change/fast-facts-on-climate-and-health.pdf?utm_source=>.

Fotos:

CRS Sudeste. STS Vila Mariana/Jabaquara. UBS Jardim Lourdes. Projeto horta da vida tinta de terra utilizando pigmentos naturais.

GLOSSÁRIO

ACS (Agente Comunitário de Saúde)

APA (Agente de Promoção Ambiental)

APA (Áreas de proteção ambiental)

APS (Agentes de Proteção Social)

BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)

CRS (Coordenadoria Regional de Saúde)

DSA (Diagnósticos Socioambientais)

EDS (Educação para o Desenvolvimento Sustentável)

ESF (Estratégia Saúde da Família)

ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)

ONU (Nações Unidas)

OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde)

PAPI (Posto Avançado de Direitos Humanos e Cidadania da Pessoa Idosa)

PAVS (Programa Ambientes Verdes e Saudáveis)

PEV (Ponto de Entrega Voluntária)

PGRSS (Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde)

PICS (Práticas Integrativas e Complementares em Saúde)

PMSP (Prefeitura Municipal de São Paulo)

PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente)

SbN (Soluções Baseadas na Natureza)

SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social)

SMS (Secretaria Municipal da Saúde)

STS (Supervisão Técnica de Saúde)

SUS (Sistema Único de Saúde)

SVMA (Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente)

UBS (Unidade Básica de Saúde)

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

Agenda 2030: é um plano de ação global adotado pela ONU em 2015, composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas.

Alimentos *in Natura*: São aqueles obtidos diretamente de plantas ou de animais para o consumo sem que tenham sofrido qualquer alteração. Entram nesta categoria folhas, frutas, verduras, legumes, ovos, carnes e peixes.

Animais sinantrópicos: são aqueles que se adaptaram a viver junto ao homem, à despeito da vontade deste. Difere dos animais domésticos, os quais o homem cria e cuida com

as finalidades de companhia (cães, gatos, pássaros etc.), produção de alimentos ou transporte (galinha, boi, cavalo, porcos e outros.).

Área degradada: diz-se das áreas que, por ações naturais ou antrópicas, perderam suas características naturais (sejam físicas ou químicas), ou essas características sofreram alterações negativas, geralmente em virtude de processos de contaminação por substâncias tóxicas, poluentes, deposição, salinização etc. Áreas desmatadas, com excesso de erosão ou com solos compactados são exemplos de áreas degradadas.

Carta da Terra: Declaração de princípios éticos fundamentais para a construção, no século 21, de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. Busca inspirar todos os povos a um novo sentido de interdependência global e responsabilidade compartilhada, voltado para o bem-estar de toda a família humana, da grande comunidade da vida e das futuras gerações. É uma visão de esperança e um chamado à ação.

Conservação: proteção dos recursos naturais (ar, água, solo, minerais, espécies vivas) e sua utilização racional e sustentável pelo ser humano. A conservação garante a qualidade de vida e a renovação natural dos recursos e assegura a sobrevivência das espécies animais e vegetais e a manutenção da biodiversidade.

Construção sustentável: qualidade de um sistema construtivo que tem a capacidade de se manter variável, potencializando os níveis de matéria e energia, desta forma, não esgotando os recursos naturais de que necessita.

Consumo sustentável: consumo de bens e serviços, de forma a atender às necessidades das atuais gerações e permitir melhor qualidade de vida, sem comprometer o atendimento das necessidades e aspirações das gerações futuras.

Doenças zoonosárias: doenças zoonosárias, ou zoonoses, são infecções transmitidas entre animais e humanos causadas por vírus, bactérias, parasitas ou fungos, espalham-se por contato direto, vetores (mosquitos/carrapatos) ou água/alimentos contaminados.

Efeito estufa: fenômeno natural que permitiu o surgimento da vida na Terra, no qual ocorre a manutenção do calor da atmosfera por meio de gases como o dióxido de carbono, que aprisionam o calor impedindo que o calor seja perdido para a estratosfera. Esses gases deixam passar a luz solar, mas absorvem as radiações de calor emitidas pela Terra, caso contrário, a temperatura seria muito fria. O aumento da emissão de gases principalmente gás carbônico, metano e óxido nitroso provenientes do uso de combustíveis fósseis, como o petróleo, carvão e gás natural, incêndios de florestas e uso de fertilizantes nitrogenados está aumentando o efeito estufa.

Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: ações voltadas à busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões políticas, econômicas, ambientais, culturais e sociais, com ampla participação da sociedade, tendo como premissa o desenvolvimento sustentável.

Efeito Ilha de calor: aquecimento de áreas específicas de um ambiente urbano ou industrial, cuja temperatura é mais elevada que a das áreas vizinhas. As ruas, as edificações e a ausência de áreas verdes nas grandes cidades fazem com que a capacidade de retenção de calor nessas regiões seja maior, elevando, assim, a temperatura nos centros urbanos.

Empoderamento: é definido como um processo de ação social que promove a participação das pessoas, organizações e comunidades com o objetivo de aumentar o controle individual e comunitário, a eficácia, a melhora da qualidade de vida e a justiça social (OPAS/OMS).

Logística reversa: instrumento de desenvolvimento socioeconômico e de gerenciamento ambiental, caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios, destinados facilitar a coleta e restituição dos resíduos aos seus produtores, para que sejam tratados ou reaproveitados em novos produtos na forma de novos insumos, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, visando a não geração de rejeitos.

Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não Violência: documento elaborado por um grupo de laureados do Prêmio Nobel da Paz, com o fim de criar um senso de responsabilidade que se inicia em nível pessoal - não se trata de uma moção ou petição endereçada às autoridades. É responsabilidade de cada um colocar em prática os valores, as atitudes e formas de conduta que inspirem uma cultura de paz. Todos podem contribuir para esse objetivo dentro de sua família, de seu bairro, de sua cidade, de sua região e de seu país. Assinando o Manifesto, todos se comprometem a:

1. Respeitar a vida;
2. Rejeitar a violência;
3. Ser generoso;
4. Ouvir para compreender;
5. Preservar o Planeta; e
6. Redescobrir a solidariedade.

Mudanças climáticas: o termo mudança do clima ou alteração climática refere-se à variação do clima em escala global ou dos climas regionais da Terra ao longo do tempo. Estas variações dizem respeito a mudanças de temperatura, precipitação, nebulosidade e outros fenômenos climáticos em relação às médias históricas. Tais variações podem alterar as características climáticas de uma maneira a alterar sua classificação didática.

Pagamento por Serviços Ambientais (PSA): é um mecanismo financeiro para remunerar produtores rurais, agricultores familiares e assentados, assim como comunidades tradicionais e povos indígenas, pelos serviços ambientais prestados em suas propriedades que geram benefícios para toda a sociedade.

Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) Hídricos: é um mecanismo financeiro que remunera produtores rurais e proprietários de terras que conservam ou restauram ecossistemas, garantindo a produção, qualidade e regularização da água. Aprovado pela Política Nacional (Lei 14.119/2021), o modelo valoriza ações como proteção de nascentes e matas ciliares.

Preservação: ação de proteger um ecossistema ou recurso natural de dano ou degradação, ou seja, não utilizá-lo, mesmo que racionalmente e de modo planejado.

Promoção de Saúde: importante estratégia para lograr a equidade, a democracia e a justiça social. Está demonstrado seu êxito no equacionamento de problemas sanitários, sociais e econômicos, oferecendo um valioso marco para organização da ação social e política com vistas a melhoria da saúde e das condições de vida. Com enfoque técnico e político, atua em diferentes setores e níveis, toma o empoderamento e melhora a qualidade de vida, fornecendo instrumentos para fazer face às mudanças no perfil sociodemográfico e epidemiológico e ao subsequente desafio de promover estilos de vida e espaços sociais saudáveis.

Resíduos Sólidos: resíduos no estado sólido ou semissólido, que resultam de atividades de origem urbana, industrial, de serviços de saúde, rural, especial ou diferenciada.

Riscos ambientais: risco do ambiente. Em um sentido geral, inclui a sociedade humana. Originalmente usado no sentido do risco de substâncias tóxicas aos seres humanos, hoje, mais ampliado, o conceito traz o sentido, também, do risco à fauna e flora; modo de ocupação humana em encostas e margens de córregos e rios; deslizamentos de terra em lixões; lixões a céu aberto e ocupação humana; inundações e enchentes. São considerados fatores de riscos ambientais a presença destes agentes em determinadas concentrações ou intensidades.

Saúde ambiental: parte da Saúde Pública que engloba os problemas resultantes dos efeitos que o ambiente exerce sobre o bem-estar físico e mental do homem, como parte integrante de uma comunidade.

Saúde Única (One Health): é uma abordagem colaborativa que reconhece a interconexão intrínseca entre a saúde humana, animal, vegetal e ambiental.

Sustentabilidade: conceito que pode ser aplicado em diversos contextos (ambiental, social, econômico etc.) e inclui práticas e ações que visam à manutenção dos recursos de um sistema ou processo, a fim de que não sejam levados à exaustão e possam ser utilizados pelas gerações futuras. Pressupõe o equilíbrio entre a extração e a regeneração de um elemento, recurso ou fator, de modo que suas características primordiais permanecem inalteradas.